



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901  
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

## ATA DE REUNIÃO

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 13-06-2023

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, às dez horas e oito minutos, reuniu-se no Plenário Ana Terra, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Mônica Leal e Psicóloga Tanise Sabino. Constatada a existência de quórum o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foi aprovada a Ata da reunião (ordinária) anterior, tendo sido dispensada a leitura da mesma. De imediato, foram DISTRIBUÍDOS, para Parecer, os seguintes processos: à vereadora Cláudia Araújo o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 003/23 (Processo nº 0223/23), com a Emenda nº 01, e à vereadora Psicóloga Tanise Sabino o Projeto de Lei do Legislativo nº 163/21 (Processo nº 0425/21). Dando prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria “Meio Ambiente, Saúde Animal e Mudanças Climáticas” e, de imediato, destacou a presença dos senhores Denise Marques Garcia, chefe da Unidade de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Rovana Reale Bortolini, diretora de Sustentabilidade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (Smamus); Patrícia Witt, chefe da Divisão de Pesquisa da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema); Sílvio Luiz Doninelli, médico, bem como demais nomes registrados na lista de presenças. Na sequência, o senhor Presidente concedeu a palavra aos presentes para suas manifestações. A senhora Denise Marques Garcia iniciou sua fala apresentando a Diretoria de Vigilância Sanitária da SMS, informando suas atribuições, constituídas em um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços. Também detalhou as atividades e estrutura interna da área, além do seu modo de atuação, ressaltando que a vigilância sanitária tem postura proativa. Quanto aos desafios enfrentados, destacou questões como as zoonoses, em especial a dengue e a leishmaniose. A seguir, o vereador Aldacir Oliboni criticou as condições de trabalho dos agentes de combate a endemias e questionou quais seriam as ações necessárias para combater a dengue. Em resposta, a senhora Denise Marques Garcia realçou a importância da mobilização das comunidades e reconheceu que um incremento na força de trabalho dos agentes de combate a endemias fortaleceria o trabalho de prevenção. Dando continuidade, a vereadora Mônica Leal perguntou qual a atual quantidade de agentes de quantos seriam necessários para efetuar as atribuições da área. Também observou que, de acordo com informações da população, há um atendimento insatisfatório dessas demandas. Em resposta, a senhora Denise Marques Garcia declarou que não possuía as informações solicitadas. Em seguida, a senhora Rovana Reale Bortolini iniciou apresentação destacando a importância do elevado grau de arborização do município. No âmbito de ações relacionadas ao Poder Legislativo, frisou a relevância da legislação da Política de Sustentabilidade e da discussão do Plano Diretor, ambos fundamentais para as ações na área. Realçou, ainda, os desafios para alcançar as metas estabelecidas pelo Brasil na vigésima sexta edição da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança

do Clima (COP26), que inclui a neutralidade de emissões de gases do efeito estufa até o ano de dois mil e trinta. Nesse sentido, comunicou a criação de um inventário das emissões desses gases no município, onde ficou constatado que as maiores fontes de emissão são o transporte privado, a energia estacionária e o descarte de resíduos. Também informou haver consultoria em andamento a fim de elaborar Estudo de Vulnerabilidade e Riscos e Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas em Porto Alegre. Afirmou que há uma ampla gama de ações da Prefeitura Municipal visando à redução das emissões e destacou algumas como a isenção de obrigatoriedade de vagas de estacionamento em novos empreendimentos, realização de estudo sobre o custo da eletrificação da frota de ônibus do município, ações de instalação de placas solares e biodigestores no bairro Morro da Cruz, incentivo à criação de rooftops sustentáveis, criação de terrários urbanos, criação de hortas urbanas comunitárias, avanços na despoluição do arroio Dilúvio, a premiação e certificação sustentável no âmbito da construção civil, incluindo incentivos como o imposto predial e territorial urbano (IPTU) sustentável e o incentivo urbanístico, entre outras ações. Em prosseguimento, o vereador Aldacir Oliboni questionou qual é a forma de acesso da população aos serviços das secretarias visando à criação de hortas comunitárias. Em resposta, a senhora Rovana Reale Bortolini comunicou estar disponível no portal de serviços da Prefeitura Municipal forma de acesso para criação de hortas comunitárias. Nesse sentido, destacou que a Prefeitura Municipal não possui um mapeamento completo de todas as áreas com potencial para criação de hortas comunitárias e que, sendo assim, a iniciativa da comunidade pode subsidiar as ações do Poder Público para esse fim. Em seguida, a vereadora Cláudia Araújo parabenizou o trabalho da Smamus. Após, a senhora Patrícia Witt chamou atenção para a continuidade das ações anteriormente executadas pela extinta Fundação Zoobotânica por outros meios, no âmbito da Sema, com objetivos de qualificar a ação do Governo Estadual na área do meio ambiente. Reconheceu a importância da discussão do tema e colocou-se à disposição para questionamentos. A seguir, a vereadora Cláudia Araújo questionou quais ações estão sendo tomadas no bairro Lomba do Pinheiro, onde há um projeto de mineração na estrada da Capororoca. Em resposta, a senhora Patrícia Witt disse que buscaria as informações em atendimento ao questionamento da vereadora. Dando continuidade, o senhor Sílvio Luiz Doninelli chamou atenção para o perigo da poluição luminosa causa pela disseminação da tecnologia LED na iluminação pública, em especial a luz branca, a qual provoca danos à saúde humana e à natureza, tendo relação com a incidência de câncer de mama, câncer de próstata e a morte de plantas sujeitas a sua exposição. Após, o vereador José Freitas reconheceu a relevância do tema apresentado pelo senhor Sílvio Luiz Doninelli e solicitou à assessoria da vereadora Lourdes Sprenger que encaminhasse essa pauta em oportunidade futura no âmbito da Cosmam. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às onze horas e vinte e um minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelo senhor Presidente, vereador José Freitas.



Documento assinado eletronicamente por **José Amaro Azevedo de Freitas, Vereador**, em 04/07/2023, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0569345** e o código CRC **0335B6BD**.